**PROJETO BÁSICO**

# RESUMO DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para reforma e ampliação da Central e Praça de Resíduos, localizada na área primária no Porto do Itaqui em São Luís – MA.

# DETALHAMENTO DO OBJETO

O Detalhamento do objeto deste Projeto encontra-se no Caderno de Encargos no anexo II, contemplando:

* Mobilização;
* Instalação de canteiro de obra;
* Administração da Obra;
* Demolição de piso intertravado e pavimentação com piso alta resistência;
* Reforma e ampliação da Central e Praça de Resíduos;
* Instalações elétricas e sanitárias;
* Instalação de Cerca Metálica;
* Projeto executivo, fabricação e montagem de cobertura em estrutura metálica espacial;
* Data Book e *As built*;
* Limpeza final da obra e desmobilização.

# JUSTIFICATIVA

A geração de resíduos sólidos vem aumentando a cada dia, dificultando cada vez mais a correta destinação e separação destes, o que ocasiona os problemas referentes aos grandes índices de poluição do meio ambiente como um todo. Cerca de 63,6% dos municípios brasileiros não utilizam um método adequado para disposição final dos resíduos gerados, ocasionando um sério problema ambiental, social, econômico e político. Diante disso, é importante a conscientização acerca da sustentabilidade, a fim de controlar essa situação.

Uma das alternativas para controle e correta destinação desses rejeitos é a utilização de uma central de tratamento de resíduos. Sua função é separar e armazenar aqueles que podem ser reaproveitáveis ou não de certa área, para que a partir dela seja possível obter uma destinação correta. Esta prática traz um conjunto de instrumentos com a finalidade de aumento de reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos. Entra em questão também os resíduos dos quais não podem ser reciclados ou reutilizados, tendo em vista a destinação ambientalmente correta desses rejeitos.

O Porto do Itaqui já possui uma central de resíduos localizada dentro da área primária, porém está inutilizada por encontrar-se em condições precárias, conforme as figuras abaixo:



Figura 01: Situação da central de resíduos



Figura 02: Situação da central de resíduos

Visando a potencialização do seu uso, além de considerar sua importância para a sustentabilidade, surge a necessidade de solicitação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforma e ampliação do local. O projeto conta com a reforma e restauração no interior da edificação da central de resíduos, contemplando uma área de separação dos resíduos da seguinte forma: papéis, plásticos, metais, vidros, além de materiais como baterias, pilhas e lâmpadas. Além do mais, será construída uma cobertura metálica para toda a edificação, da qual envolve a central de resíduos juntamente com a praça de resíduos, a fim de proteger os rejeitos de possíveis intempéries.

# DA VIABILIDADE DO PROJETO

**Da Viabilidade Técnica do Projeto**: A viabilidade técnica consiste em uma avaliação entre diversas ideias para escolha daquela que melhor atender tecnicamente o projeto.

Neste caso, a concepção deste projeto iniciou-se pela necessidade de atender a legislação específica quanto ao meio ambiente. A solicitação do setor do meio ambiente pediu que seja feito uma reforma na central de resíduos existente na área primaria para que ela volte a ser utilizada. A edificação existente está em condições precárias, porém a mesma não está comprometida estruturalmente, tornando viável recuperar e reformar.

**Da Viabilidade Econômico-financeira**: A análise de viabilidade econômico-financeira compara alternativas de investimento de forma a verificar se determinado projeto tem a capacidade de gerar a recuperação do capital (retorno do investimento) e a sua remuneração (retorno sobre o investimento), porém neste caso, o investidor, a EMAP, não terá um retorno financeiro, mas um ganho intangível, uma vez que a prestação de serviço de administração do porto, deve zelar pela segurança da vida, dos bens materiais/equipamentos existentes no local.

# SOBRE A SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

**Geração de efluentes:**

Não haverá geração excessiva de efluentes, somente aqueles provenientes da atividade humana em processo laboral. Para tanto, serão disponibilizados banheiros químicos na frente de serviço e na instalação do canteiro de obras, devendo os respectivos resíduos serem destinados corretamente.

**Destinação de resíduos oriundo de demolições e retiradas/entulhos:**

Os entulhos e demolições que serão produzidos como alvenaria, pisos e revestimentos, precisarão ter destinação adequada. Esses são classificados como material de classe A - Inertes.

**Impactos sociais:**

Não haverá impacto negativo para vizinhança (socioambiental), uma vez que o projeto em questão será realizado totalmente dentro da área de administração da EMAP, além de já haver previsto, no projeto, a destinação sustentável dos resíduos gerados. Por outro lado, é previsto um impacto socialmente positivo: a geração de novos empregos que vão perdurar até a finalização da execução do contrato.

**Impactos para a imagem da EMAP:**

A EMAP, com a execução desse serviço, confirmará sua preocupação com os documentos da empresa, que devido a sua natureza jurídica (pública), deve manter uma postura de transparência e acesso a informação, dentro dos limites estabelecidos em lei. Dessa forma, o projeto contribuirá para a afirmação da imagem da EMAP com sua política de gestão empreendedora e sustentável focada no potencial humano e na valorização das práticas de desenvolvimento econômico, tecnológico, ambiental e social.

# DA MATRIZ DE RISCO

A Matriz de Risco é o instrumento que tem por objetivo definir as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do Contrato.

A CONTRATADA será responsável por todos os riscos relacionados ao objeto contratual, conforme estabelecido na Matriz de Risco, com exceção dos riscos cuja responsabilidade definida na Matriz de Risco seja imputada à CONTRATANTE.

O termo “risco” foi utilizado para designar um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do projeto. Um risco é caracterizado pela sua probabilidade de ocorrência e pelo seu impacto sobre os objetivos do projeto.

A análise dos riscos associados à execução do objeto do ajuste foi realizada por meio da matriz de risco cujo objetivo é traçar as diretrizes das cláusulas contratuais. Por isso, todos os riscos são indicados na forma de uma Matriz de Risco que tem por objetivo refletir os eventos mitigáveis incidentes no empreendimento.

*Tabela 1 – Matriz de Risco*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MATRIZ DE RISCO** | | | |
| **Área de potencial de risco** | **Risco** | **Efeitos** | **Responsabilidade** |
| **Projetos** | Inconsistência ou insuficiência de informações e detalhes do **projeto executivo** | Inadequação para provimento dos serviços na qualidade, quantidade, prazo e custos de implantação ou inadequação dos serviços | CONTRATANTE |
| Inconsistência ou insuficiência do **projeto executivo** | Inobservância de divergências entre o Projeto e a Orçamentação | CONTRATADA |
| Atrasar a entrega do **Asbuilt** após execução | Atraso no recebimento definitivo da Obra | CONTRATADA |
| Incompatibilidades entre os projetos complementares constituintes do **projeto executivo** | Atraso na execução do objeto devido a necessidade de adequações | CONTRATANTE |
| Alterar **projeto executivo** por ordem da CONTRATANTE | Divergências no custo total em orçamento | CONTRATANTE |
| **Obra de Engenharia** | Logística de transporte de materiais | Atraso no andamento da obra, impactando no custo da obra e no cronograma de execução | CONTRATADA |
| Descumprir o prazo de entrega da obra | Atraso do início da operação efetiva da atividades administrativas | CONTRATADA |
| Atrasar a liberação do local da obra por fatos não imputáveis ao contratado | Atraso do início das obras | CONTRATANTE |
| Atraso no início da operação |
| Aumento de custos |
| Ocorrer acidentes de trabalho devido à segurança inadequada no canteiro de obras | Paralisação da obra | CONTRATADA |
| Custos relacionados aos processos de responsabilidade civil de pessoas que se envolvam no acidente |
| Ocorrer eventos caracterizados como força maior ou caso fortuito, que prejudiquem a continuidade da obra, sua conclusão ou sua entrega | Aumento de custos | CONTRATANTE |
| Atrasos |
| Paralisação da obra |
| Entregar a obra com erros, defeitos ou vícios | Causar prejuízos à contratante ou a terceiros. | CONTRATADA |
| Aumento de custo associado à reconstrução ou reforma da obra |
| Ocorrer acidentes durante a execução efetiva da obra. | Causar prejuízos à contratante ou a terceiros. | CONTRATADA |
| Custos relacionados aos processos de responsabilidade civil. |
| Prejuízos advíndos de quebra, inutilização ou perda de equipamentos ou de materiais | Aumento de custos e/ou atrasos | CONTRATADA |
| Paralisação da obra |
| Causar prejuízos advindos de qualquer dano, direto ou indiretamente, a bens da CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade ou ainda de terceiros | Aumento de custos e/ou atrasos | CONTRATADA |
| Paralisação da obra |
| **Fornecimento e Instalações de Equipamentos / Materiais** | Ocorrer flutuação expressiva no câmbio, aumentos ou diminuição de preços de insumos desproporcionais, provocando aumento ou diminuição da lucratividade ou perda de desempenho do fluxo de caixa | Aumento no valor global do projeto | CONTRATANTE |
| Não atender ao cronograma da obra/objeto por falta de aprovisionamento de equipamentos e/ou materiais. Risco de não aquisição | Aumento de custos e/ou atrasos | CONTRATADA |
| Paralisação dos serviços de instalação |
| **Todas** | Ocorrer manifestações sociais e/ou públicas que afetem a execução das obras ou a prestação dos serviços relacionados ao contrato (desde que não ocasionada pela CONTRATADA). | Aumento de custos e/ou atrasos | CONTRATANTE |
| Paralisação dos serviços |
| Fiscalização rejeitar eventos do objeto contratual executados equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do Edital e seus anexos | Aumento de custos e/ou atrasos | CONTRATADA |
| Paralisações de obras e serviços rejeitados |
| Ocorrer alteração da legislação, regulamentos e normas que causem aumento no custo das obras. | Aumento de custos | CONTRATANTE |
| Não apresentar documentações exigidas para a execução do objeto contratual. | Atraso do início da obra | CONTRATADA |

# DA CONTRATAÇÃO

A contratação será empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 42 da Lei 13.303/2016, critério de julgamento MENOR PREÇO, e modo de disputa fechado. Seguindo a legislação específica, o orçamento será sigiloso.

Não foi escolhida o critério de contratação semi-integrada haja vista não haver possibilidade da obra ser realizadas com diferentes metodologias e tecnologias, uma vez que já existe projeto definido sem a possibilidade de alteração do mesmo.

Portanto, esta escolha se justifica por haver vantagem para administração face ao preço e a metodologia de execução, o que não significa desprezo aos aspectos relacionados a qualidade da obra a ser executada, uma vez que está descrito no Caderno de Encargos e nos Projetos em anexo neste Projeto Básico, as diretrizes e especificações apropriadas para garantir padrões mínimos de qualidade.

# PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O prazo previsto para a execução deste objeto de contrato será de 06 meses, conforme cronograma físico-financeiro em anexo, contados da data de recebimento da ordem de serviço (O. S.) emitida pela Contratante autorizando o início das atividades. O prazo de vigência do contrato será de 09 meses contados da data de assinatura do contrato.

# LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados na Avenida dos Portugueses s/nº, CEP: 65085-370, Porto do Itaqui, São Luís, Maranhão, na área primária, conforme disposto na figura 03.



Figura 03: Planta de localização

A região está localizada dentro de um padrão climático característico das regiões equatoriais tropicais, no qual predomina largamente as chuvas relativamente bem distribuídas durante todo ano, apresentando, no entanto, um volume maior entre os meses de novembro a junho e tendo um período de relativa estiagem entre junho a setembro. Os índices de pluviosidade média em São Luís variam de acordo com tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***MÊS*** | ***PRECIPITAÇÃO TOTAL (mm)*** | ***DIAS COM CHUVA*** |
| ***Janeiro*** | ***156,3*** | ***14*** |
| ***Fevereiro*** | ***269,3*** | ***20*** |
| ***Março*** | ***415,5*** | ***23*** |
| ***Abril*** | ***416,2*** | ***23*** |
| ***Maio*** | ***317,7*** | ***24*** |
| ***Junho*** | ***154,8*** | ***23*** |
| ***Julho*** | ***110,6*** | ***17*** |
| ***Agosto*** | ***36,2*** | ***12*** |
| ***Setembro*** | ***7,1*** | ***6*** |
| ***Outubro*** | ***3,6*** | ***2*** |
| ***Novembro*** | ***19,6*** | ***3*** |
| ***Dezembro*** | ***45,9*** | ***6*** |
| ***Fonte: DHN – ROTEIRO COSTA NORTE*** | | |

A temperatura varia ao longo do ano entre 23ºC e 31ºC, situando-se normalmente em torno de 27ºC. Foram, no entanto, registradas temperaturas máximas e mínimas de 40ºC e 15ºC respectivamente. A unidade relativa do ar é uniformemente alta durante todo o ano, com uma média mensal variando entre 75% e 85%.

Os Ventos na área do Porto do Itaqui são predominantes os ventos NORDESTE (frequência de 25%), com as velocidades e as respectivas frequências conforme indicadas abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| BEAUFORT |  | VELOCIDADE |  | FREQUÊNCIA |
| 2 |  | 2 a 6 nós |  | 39% |
| 3 |  | 7 a 10 nós |  | 31% |
| 4 |  | 11 a 18 nós |  | 15% |
| 5 |  | 17 a 21 nós |  | 1% |

A maré na Baía de São Marcos tem características semidiurnas com a seguinte variação do nível d'água:

* N-MÁXIMO (previsto): + 7,10 m
* MHWS (média das preamares de sizígia): + 6,27 m
* MHWN (média das preamares de quadratura): + 5,02 m
* MSL (nível médio): + 3,43 m
* NR (nível de redução): + 0,00 m
* N. MÍNIMO (previsto): - 0,30 m
* Os referidos níveis são em relação ao Nível de Redução (NR) da D.H.N. - M.M.

As correntes na Baía de São Marcos (região estuarina), sendo que a circulação de suas águas é definida pela variação de maré ocorrente no local. Os valores máximos de correntes hidrodinâmicas ocorrem aproximadamente 3 horas após a preamar nas vazantes e a baixa-mar das enchentes, enquanto os valores mínimos das correntes ocorrem próximo às estofas de maré. Outra característica estuarina é a presença de marés reversas. Durante as vazantes as correntes apresentam direção Norte e Nordeste e, após as estofas, invertem suas direções para Sul e Sudoeste.

Na bacia de evolução, as velocidades apresentam-se em média como mostrado abaixo:

* Enchente de sizígia 4,3 nós (7,95 km/h)
* Vazante de sizígia 3,7 nós (6,85 km/h)
* Enchente de quadratura 5,1 nós (9,45 km/h)
* Vazante de quadratura 4,2 nós (7,80 km/h)

No canal de acesso, as velocidades das correntes na enchente (a 5 metros de profundidade) são apresentadas abaixo:

* Sizígia 5,65 nós (10,45 km/h)
* Quadratura 2,50 nós (4,65 km/h)

As ondas na região são geradas por ventos locais, podendo alcançar alturas correspondentes a uma altura significativa, Hs, de 1,10 m. O período correspondente é de 6 segundos.

A densidade da água do mar varia de 1.010 g/l (baixa-mar no período seco) a 1.019 g/l (preamar no período chuvoso).

# 10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Serviços** | **Mês 01** | **Mês 02** | **Mês 03** | **Mês 04** | **Mês 05** | **Mês 06** |
| Reunião de Kickoff | X |  |  |  |  |  |
| Entrega de Documentação de SSMA | X |  |  |  |  |  |
| Emissão de OS / Mobilização | X |  |  |  |  |  |
| Instalação do Canteiro de Obras | X | X |  |  |  |  |
| Demolições e retiradas da Central de resíduos existente |  | X |  |  |  |  |
| Regularização do terreno |  | X |  |  |  |  |
| Execução de fundações |  | X |  |  |  |  |
| Execução Civil |  |  | X | X |  |  |
| Execução de piso |  |  | X | X |  |  |
| Construção de Alvenaria / Cobogós |  |  | X | X |  |  |
| Execução de Cobertura Metálica |  | X | X | X | X |  |
| Instalação sanitário |  |  |  | X |  |  |
| Instalação elétrica |  |  |  | X | X |  |
| Execução de piso cerâmico |  |  |  | X |  |  |
| Pintura |  |  |  |  | X | X |
| Limpeza final e Desmobilização |  |  |  |  |  | X |
| Inauguração da Obra |  |  |  |  |  | X |

# SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

As orientações a seguir deverão ser seguidas no início e ao longo de todo o Contrato, atendendo a Portaria nº 3.214/78/TEM e Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA**

Todas as análises de riscos das tarefas deverão ser apresentadas à COSET, antes do início de cada atividade.

**Trabalho em altura – E.P.I.´s**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Uso de cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo para trabalhos em altura;
3. Para eletricista prevalece a mesma determinação não sendo permitido o uso do cinto abdominal (cinturão);
4. Os cintos não poderão ser fixos na mesma estrutura de trabalho, sendo necessária a fixação de cabos guias (linha de vida), implementado por profissional devidamente habilitado;
5. Todo e qualquer funcionário deverá receber treinamento específico para realização da atividade;
6. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
7. O sistema de proteção contra queda deverá ser constituída de anteparos rígidos, em sistemas de guarda-corpo e rodapé devendo o mesmo atender os requisitos de dimensionamento de 1,20 m de altura para travessão superior, 0,70 cm para travessão intermediário e ter rodapé com 0,20 cm de altura, conforme NR 18;
8. Deverá ser apresentada a emissão de Permissão de trabalho para trabalhos em altura;
9. Todos os empregados executantes de trabalhos em altura deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco);

**Trabalho em altura – USO DE ANDAIME**

1. As estruturas de andaimes devem ser metálicas, sendo proibido o uso de andaimes de madeira;
2. Os andaimes devem possuir assoalho completo e contraventamento a partir de 6m e depois a cada 3m;
3. Deverá dispor de escada fixa ao andaime para acesso ao assoalho, portinhola que abre para dentro, rodapé com 0,2 m de altura, travessa a 0,7 m e travessa superior a 1,20m do assoalho.
4. Deverá ser apresentado memorial de cálculo e ART das linhas de vida instaladas na obra.

**Trabalho em altura – USO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA (PTA)**

1. Os operadores devem ser treinados pelo fabricante ou por pessoa autorizado pelo fabricante.

b) Deverá ser mantido outro empregado habilitado para operar a plataforma em caso de emergência.

c) O cinto de segurança deverá estar fixado no local correto.

d) Deverá ter um operador reserva habilitado no piso para auxiliar na operação em emergência.

e) Não colocar membros superiores em posição de pensamento.

f) Durante o deslocamento da TPA somente o operador poderá estar no cesto.

g) A PTA deverá ter extintor de incêndio no cesto,

h) A PTA deverá trabalhar isolada em toda a sua área de alcance.

**Trabalho em altura – USO DE ESCADA**

1. A escada móvel não deve ultrapassar 7m.
2. As escadas devem possuir sapatas antiderrapantes.
3. Não utilizar escadas metálicas para atividades com eletricidade.
4. Ao se utilizar escada de mão para acessar um local de trabalho mais elevado, a extremidade superior da escada deve ultrapassar pelo menos 1 metro o piso deste local.
5. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com o setor de segurança da EMAP.
6. A empresa deverá manter relação atualizada com os nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar o trabalho em altura e manter uma cópia do documento na frente de serviço.
7. A empresa deverá apresentar certificado de treinamento de trabalho em altura, conforme NR-35 de todos os executantes de trabalho em altura.
8. Emitir circular a todos os colaboradores proibindo a realização de atividades sob efeito de drogas (álcool, etc.).
9. Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui.

**CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NO TERMINAL DA PONTA DA ESPERA**

1. Receber treinamento de normas internas (PROAPI);
2. Apresentar cópia da Habilitação de todos os condutores de veículo, conforme categoria dos veículos a serem conduzidos;
3. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
4. Cumprimento das Regras de Trânsito do Itaqui;
5. Todos os veículos deverão ser identificados com logomarca da empresa nas laterais do veículo;
6. Os veículos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas;
7. Todos os veículos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade;
8. Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via;
9. Elaborar procedimento específico para condução dos veículos e treinar os condutores de veículos no mesmo;
10. Não transportar carga dentro da cabine do veículo.

**OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS NA POLIGONAL DO PORTO DO ITAQUI**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Receber treinamento de normas internas (PROAPI);
3. Apresentar cópia da Habilitação de todos os operadores de equipamentos móveis;
4. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
5. Cumprimento das Regras de Ouro no Trânsito do Itaqui;
6. Todos os equipamentos móveis deverão estar identificados com logomarca da empresa nas laterais do equipamento;
7. Os equipamentos de transporte de carga deverão ter sua capacidade indicada no próprio equipamento;
8. Os equipamentos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas;
9. Uso obrigatório de giroflex e sinal sonoro de ré;
10. Todos os veículos ou máquinas que estiverem transportando carga com excesso lateral ou longitudinal deverão ser conduzidos com escolta;
11. Os operadores deverão cumprir sinalização interna do Porto do Itaqui;
12. Os condutores deverão portar o crachá de identificação de operador;
13. Todos os equipamentos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade;
14. Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via;
15. Elaborar procedimento específico para operação dos equipamentos e treinar os operadores no mesmo;
16. Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos móveis e semimóveis, além de plano de manutenção preventiva;
17. A área da patola deverá ter dimensão mínima de três vezes o maior comprimento da base do cilindro;
18. A área da movimentação da carga deverá estar isolada;
19. Nenhum cilindro poderá apresentar vazamento.

**ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A ENERGIA ELÉTRICA**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Apresentar certificado dos empregados em comprovação de qualificação profissional para realização de atividades envolvendo eletricidade;
3. Apresentar certificado do curso de NR-10 dos empregados envolvidos com atividades com eletricidade;
4. Elaboração de procedimento específico para as atividades de elétrica e treinar os executantes no mesmo;
5. Deverá ser cumprido o PC-26 (Serviços elétricos);
6. Todas as extensões elétricas deverão possuir DR (Disjuntor Residual) e todos os equipamentos elétricos deverão ser devidamente aterrados.

**MANUSEIO DE CARGAS SUSPENSAS / ELEVADAS (PONTE ROLANTE, GUINDASTE E ETC.)**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de equipamentos de guindar;
3. Equipamentos e acessórios devem ser adequados ao serviço proposto e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, preencher check list diariamente;
4. Fazer dimensionamento dos equipamentos e recursos de acordo com as cargas;
5. Elaborar procedimento específico para operação de manuseio de carga suspensas e treinar os operadores no mesmo;
6. Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos de guindar e dos acessórios, além de plano de manutenção preventiva dos equipamentos;
7. Os equipamentos de guindar e acessórios deverão passar por inspeções e manutenções periódicas;
8. Deverá ser elaborado plano de rigging para içamento de cargas a partir de 10 toneladas e/ou carga negativa e para os demais apresentar plano de içamento de carga.

**EXPOSIÇÃO A PARTES MÓVEIS/ ROTATIVAS (BETONEIRAS, SERRAS CIRCULARES, SERRAS ELÉTRICAS E ETC.)**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. Equipamentos aterrados e com partes móveis deverão ser protegidos corretamente;
4. Dimensionar medidas de proteção de correias;
5. Realizar bloqueios de fonte de energia conforme NR-12;
6. Manter relação atualizada com nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar a operação dos equipamentos e manter uma cópia do documento na frente de serviço;
7. A tela do cocho da bomba lança, deverá ter sensor que pare o lançamento do concreto quando a tela for suspensa.

**TRABALHO PRÓXIMO A VALAS, TALUDES OU PILHAS**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. Deve ser realizada a avaliação de estabilidade do material antes de realizar atividades próximos a taludes;
4. Adoção de escoramento - Seguir as recomendações da RTP 03/ NR18 - escavações, fundações e desmonte de rochas;
5. Adoção de proteção contra quedas de pessoas / materiais;
6. Deverá ser instalado sistema de guarda-corpo fixo no perímetro das valas ou taludes;
7. Para acesso das valas ou taludes deverá ser utilizada escada de acesso;
8. Elaboração de procedimento específico para atividades nessas circunstâncias e treinamentos dos empregados no mesmo;

**MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, AGROTÓXICOS, ÓLEOS OU GRAXAS OU EXPOSIÇÃO A VAPORES (COLAGEM DE CORREIAS, PINTURA, PRODUTOS PULVERIZADOS, SOLVENTES E ETC.)**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. Fazer uso de respirador semifacial com filtro para vapores orgânicos e/ou ácidos, conforme produto manuseado;
4. Controle médico sobre a ação dos agentes nos trabalhadores;
5. Fazer uso de creme protetor para as mãos e outras partes do corpo expostas, com CA (Certificado de Aprovação);
6. Manter arquivo das FISPQs dos produtos utilizados;
7. Treinar os empregados que trabalham com produtos químicos nas FISPQs dos produtos químicos manuseados;
8. Manter o rótulo nos recipientes onde são armazenados os produtos;
9. Manter os recipientes em gaiolas ou bandejas de contenção.

**TRABALHO COM CORTE E SOLDA OXIACETILÊNICA, CASO HAJA NECESSIDADES DE SOLDA NO RESERVATÓRIO OU OUTRA ATIVIDADE À QUENTE:**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Uso de respirador semifacial para fumos metálicos;
5. Equipamentos com válvulas corta chama na saída dos cilindros e entrada das canetas;
6. Pessoal com treinamento específico para a função e com experiência comprovada;
7. É proibido o uso de GLP para realização de atividades de corte/solda.

**RISCO DE ATAQUE DE ANIMAIS E INSETOS**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Fazer o uso de EPI’s adequados (Ex.: Coturnos/perneiras para proteção das pernas, etc.);
5. Todos os empregados deverão fazer uso de repelente;
6. Todos os empregados deverão estar com suas vacinas em dia;
7. A empresa deverá manter equipamentos e dispositivos de primeiros socorros, além de pessoas treinadas para o caso de emergências durante as atividades;
8. Deverão ser dispostos meios eficientes para comunicação, a fim de atender às exigências do plano de emergência;
9. Os colaboradores deverão ser orientados a não intervirem contra os animais peçonhentos encontrados nos locais das atividades, pois este é um papel do corpo de bombeiros;
10. Deverá ser realizado treinamento sobre animais peçonhentos para todos os colaboradores;
11. Os colaboradores que executarem atividades a céu aberto deverão receber protetor solar;
12. Deverá ser disponibilizado banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço.

**EXPOSIÇÃO A POEIRA, PARTICULADOS, RUÍDO OU UMIDADE**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Em pátios abertos, onde não haja pavimentação, deverá haver umectação das vias de acesso, a fim de eliminar a emissão de particulados;
5. Avaliação ambiental para a função;
6. Implantar Programa de Proteção Respiratória;
7. Implantar Programa de Conservação Auditiva.

**UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS, OU EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS (MÁQUINA DE SOLDA, ESMERILHADEIRA, SERRAS, E ETC.).**

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Pessoal com treinamento específico no uso de ferramentas/máquinas e experiência comprovada;
5. Os equipamentos aterrados e com partes móveis deverão ser protegidos;
6. Ferramentas elétricas manuais com duplo isolamento comprovado pelo fabricante ou pino terra;
7. Ferramentas adequadas e em perfeito estado de conservação;
8. Uso de lista de verificação das máquinas e ferramentas antes do uso do equipamento;
9. Evidência de treinamento dos empregados no manuseio de máquina, equipamentos e ferramentas.
10. As extensões elétricas deverão possuir DR.

**INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES (OFICINAS MECÂNICAS, REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS, E ETC.)**

1. Seguir procedimentos e normas de construção de acordo com número de empregados (NR 18 e 24) e exigências internas da EMAP;
2. O Setor de segurança da EMAP, SESMT Gerenciadora (quando houver) deverá avaliar a planta do canteiro de obras, a fim de se fazer cumprir todos os requisitos exposto nas NR`s;
3. As botas de segurança dos colaboradores deverão possuir palmilha antiperfurante, biqueira em composite ou outro material não condutor de eletricidade e proteção metatarso;
4. Os canteiros deverão ser devidamente sinalizados de forma a garantir as orientações básicas de segurança quanto ao desenvolvimento normal das atividades, conforme a NR 26;
5. As divisórias de isolamento de canteiros e frentes de serviço deverão ser feitas de material rígido que impeça o acesso de pessoas alheias à atividade. Não é permitido isolamento de canteiros e frentes de serviço com tela cerquite e/ou fita zebrada em áreas a céu aberto;
6. Todos os contêineres utilizados para ocupação humana deverão seguir as recomendações contidas na NR18 item 18.4.1.3 e 18.4.1.3.2;
7. Todos os contêineres deverão ser aterrados.
8. Deverá ser disponibilizado banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço.
9. As fiações das instalações elétricas provisórias devem possuir altura de no mínimo 5 (cinco) metros a partir do solo, dimensionada de acordo com as necessidades de serviços especiais ou que empreguem máquinas e equipamentos de grandes dimensões. As fiações devem possuir identificação/sinalização visível de altura.

**FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMAP**

1. Deverão ser cumpridas todas as exigências da EMAP;
2. Realizar ligação somente com autorização prévia da EMAP;
3. Informar qualquer alteração ao longo do contrato;
4. O gerador deve permanecer aterrado enquanto estiver em uso;
5. Todo quadro elétrico e extensão deverá possui DR.

**TEMPO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SUPERIOR A 60 DIAS**

1. Apresentar PPRA ou PCMAT/PCA/PCMSO/LAUDO ERGONÔMICO/PAE de acordo com as características da atividade do contrato, CNAE da empresa e número de empregados;
2. Atender ao disposto na NR 05;
3. Apresentar dados estatísticos até o 2º dia útil de cada mês subsequente através de seu fiscal de Contrato EMAP;
4. A empresa deverá dimensionar seu SESMT conforme NR 04 da Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 do MTE e registrá-lo na SRTE;
5. A empresa com seus representantes da liderança e SESMT deverão participar dos treinamentos e reuniões de segurança que forem convocados.

**SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, SONDAGENS**

1. Cumprir os requisitos estabelecidos na Nr-18.6 (Escavações, Fundações e Desmonte de rochas);
2. A área de trabalho deve ser previamente limpa, devendo ser retirados ou escorados solidamente árvores, rochas, equipamentos, materiais e objetos de qualquer natureza, quando houver risco de comprometimento de sua estabilidade durante a execução de serviços;
3. Muros, edificações vizinhas e todas as estruturas que possam ser afetadas pela escavação devem ser escorados;
4. Os serviços de escavação, fundação e desmonte de rochas devem ter responsável técnico legalmente habilitado;
5. Quando existir cabo subterrâneo de energia elétrica nas proximidades das escavações, as mesmas só poderão ser iniciadas quando o cabo estiver desligado;
6. Na impossibilidade de desligar o cabo, devem ser tomadas medidas especiais junto à concessionária;
7. Os taludes instáveis das escavações com profundidade superior a 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) devem ter sua estabilidade garantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim;
8. As escavações com mais de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de profundidade devem dispor de escadas ou rampas, colocadas próximas aos postos de trabalho, a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida dos trabalhadores;
9. Os materiais retirados da escavação devem ser depositados a uma distância superior à metade da profundidade, medida a partir da borda do talude;
10. Os taludes com altura superior a 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) devem ter estabilidade garantida.

**INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

1. TODOS os empregados deverão ser treinados no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui);
2. As pessoas que forem acessar as instalações da EMAP deverão atender ao descrito na Portaria 130/2014, referente ao uso de calçado nas áreas administrativas da EMAP e Portaria 129/2014, referente à utilização de EPI na área operacional;
3. Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui;
4. Todas as exigências legais à contratada serão estendidas à subcontratada, caso haja.

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE**

**Lei 12305/2010; Procedimentos EMAP - PO 18**

**GERAÇÃO DE RESÍDUOS CLASSE I E/OU CLASSE II A-B**

1. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Liquidos - PGRSL;
2. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com comprovante de pagamento do PGRSL;
3. CTF/IBAMA do responsável técnico pela elaboração do PGRSL;
4. Apresentar os programas de capacitação e treinamentos voltados para a Gestão de Resíduos;
5. Apresentar procedimento para o Gerenciamento dos Resíduos;
6. Cópia da Autorização para o deposito de resíduos no Aterro da Sanitário - CLASSE II A e CLASSE II B;
7. Apresentar contrato com empresa prestadora de serviço para o gerenciamento de resíduos - CLASSE I, II A e II B;
8. Enviar para a Coordenadoria de Meio Ambiente os comprovantes de tratamento dos resíduos gerados na atividade;
9. Layout de todos os coletores que será utilizado no serviço e/ou obra;
10. Apresentar comprovante de tratamento de todos os resíduos gerados nas atividades.
11. Apresenta rotograma do transporte de todos os resíduos gerados.

**HAVERÁ UTILIZAÇÃO DE MADEIRA NA OBRA / SERVIÇO**

1. Apresentar licença ambiental dentro da validade do fornecedor;
2. Apresentar Documentos de Origem Florestal DOF / IBAMA;
3. Notas Fiscais de aquisição da madeira quando solicitado;
4. Quando houver utilização de motosserras, apresentar licença para porte e uso de motosserra IBAMA, Lei 7803/89;

**HAVERÁ LIMPEZA DE BETONEIRA**

1. Licença ambiental da fabricante do concreto;
2. Procedimentos para a limpeza das betoneira;
3. Conforme Procedimento EMAP PC 39 é vetado a lavagem de betoneiras na poligonal do Porto do Itaqui e Terminais Delegados;
4. Licença do órgão ambiental e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPN) dos fornecedores de insumos, tais como, areia e pedra;

**ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS, TINTAS, SOLVENTES, ÓLEOS E GRAXAS**

1. A contratada deve informar através de inventário todos os produtos químicos armazenados e utilizados durante as suas atividades;
2. A contratada deve apresentar Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ de todos os produtos químicos armazenados;
3. Todos os produtos químicos devem ser acondicionados e transportados considerando os requisitos definidos nas FISPQ´s. A Contratada deve aprresentar para a Coordenadoria de Meio Ambiente como será armazenado dos produtos quimicos e os resíduos perigosos;
4. O transporte de produtos químicos só devem ocorrer quando acompanhado da respectiva Ficha de Emergência;
5. Quando aplicável, as embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos fracionados deverão ser certificadas por Organismos de Certificação de Produtos (OCP), acreditados pelo INMETRO ou outras organizações acreditadoras;
6. O transporte terrestre de produtos perigosos deve atender aos requisitos especificados em legislação pertinente;
7. Utilizar KIT DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL composto de pá, enxada, serragem de madeira, sacos plásticos, bandeja de contenção para a realização da atividade;
8. Para transporte dos resíduos perigosos os motoristas contratados devem apresentar a carteira de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP);
9. Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade.

**GERAÇÃO DE POEIRA, PARTICULADOS E FUMAÇA EM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

1. Apresentar ferramentas para o controle de emissão de PTS;
2. Disponibilizar veículo para a umectação da área sempre que necessário;
3. Apresentar outorga de captação de água para umectação;
4. Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade.

**SERÁ NECESSARIO A PERFURAÇÃO DE POÇOS E/OU UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HIDRICOS**

1. Apresentar a autorização para perfuração emitida pelo órgão ambiental;
2. Encaminhar outorga de captação de água;
3. Apresentar ticket de abastecimento;
4. Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade.

**INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES (REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS E ETC.)**

1. Apresentar memorial descritivo, Layout e Mapa de localização do canteiro de obras;
2. As oficinas mecânicas deverão possuir piso impermeável, material para contenção de vazamentos de óleo (Serragem, turfa, areia ou outros), cobertura e sistema de drenagem conectado a uma Caixa Separadora de Água e Óleo - CSAO;
3. A empresa deverá dispor do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Liquidos;
4. Em refeitórios, deve-se seguir a prática de coleta seletiva, com os coletores devidamente identificados e seguindo a exigência da lei nacional de resíduos;
5. A empresa deve ter o controle de sua água potável com os laudos de potabilidade de água, devidamente feitos por empresa habilitada;
6. Os bebedouros devem ser periodicamente limpos conforme cronograma de limpeza a ser elaborado pela contratada. Produtos de limpeza deverão estar em locais adequados e com suas respectivas FISPQ (Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos) disponíveis;
7. Em sanitários ou banheiros químicos, a empresa deve providenciar o controle dos efluentes sanitários, realizando limpeza periódica de banheiros, fossas sépticas e demais instalações. Este serviço deverá ser realizado por empresa especializada;
8. Os resíduos desses sanitários devem ter destinação ambientalmente correta com descarte feito por empresa habilitada;
9. Técnico ambiental para acompanhamento e gerenciamento dos possiveis riscos ambientais;
10. Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade;
11. Apresentar para a COAMB o Layout, memorial descritivo do canteiro de obras e planta de situação canteiro de obras.

**HAVERÁ PAVIMENTAÇÃO DE ÁREA**

1. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos;
2. FISPQ dos produtos químicos utilizados;
3. Cópia da Licença de Operação;
4. Cópia de licença ambiental dos fornecedores;
5. Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade.

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS A SAÚDE**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ATIVIDADE** | **DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS** | **EXAMES OBRIGATÓRIOS** | **PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DOS EXAMES** |
| 1.0 SERVIÇOS EM ELETRICIDADE  (NR 10) | ASO; FICHA CLÍNICA.  ASSINADOS POR MÉDICO DO TRABALHO OU MÉDICO EXAMINADOR INDICADO. | RAIO X DE TÓRAX AP; ACUIDADE VISUAL; HEMOGRAMA COMPLETO; GLICEMIA EM JEJUM; TIPAGEM SANGUINEA (SOMENTE NO ADMISSIONAL); ELETROCARDIOGRAMA (ECG); GAMA GT.  *OBS.: ESSES EXAMES DEVERÃO SER LAUDADOS E ASSINADOS POR ESPECIALISTA.* | TODOS OS EXAMES SERÃO REALIZADOS NO ADMISSIONAL E ANUALMENTE |
| 2.0 SERVIÇOS DE TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAL (NR 11) | ASO; FICHA CLÍNICA.  ASSINADOS POR MÉDICO DO TRABALHO OU MÉDICO EXAMINADOR INDICADO. | RAIO X DE TÓRAX AP; ACUIDADE VISUAL; HEMOGRAMA COMPLETO; GLICEMIA EM JEJUM; TIPAGEM SANGUINEA (SOMENTE NO ADMISSIONAL); ELETROCARDIOGRAMA (ECG); GAMA GT.  *OBS.: ESSES EXAMES DEVERÃO SER LAUDADOS E ASSINADOS POR ESPECIALISTA.* | TODOS OS EXAMES SERÃO REALIZADOS NO ADMISSIONAL E ANUALMENTE |
| 3.0 SERVIÇOS INSALUBRES (NR 15) | | | |
| 3.2 RUÍDO | ASO; FICHA CLÍNICA.  ASSINADOS POR MÉDICO DO TRABALHO OU MÉDICO EXAMINADOR INDICADO. | AUDIOMETRIA TONAL E VOCAL; RAIO X DE TÓRAX AP; ACUIDADE VISUAL; HEMOGRAMA COMPLETO; GLICEMIA EM JEJUM; TIPAGEM SANGUINEA (SOMENTE NO ADMISSIONAL).  *OBS.: ESSES EXAMES DEVERÃO SER LAUDADOS E ASSINADOS POR ESPECIALISTA.* | TODOS OS EXAMES SERÃO REALIZADOS NO ADMISSIONAL E ANUALMENTE |
| 3.3 POEIRAS MINERAIS/PARTICULADOS | ASO; FICHA CLÍNICA.  ASSINADOS POR MÉDICO DO TRABALHO OU MÉDICO EXAMINADOR INDICADO. | RAIO X DE TÓRAX AP;  ACUIDADE VISUAL;  HEMOGRAMA COMPLETO;  GLICEMIA EM JEJUM;  TIPAGEM SANGUINEA (SOMENTE NO ADMISSIONAL);  ESPIROMETRIA.  *OBS.: ESSES EXAMES DEVERÃO SER LAUDADOS E ASSINADOS POR ESPECIALISTA.* | TODOS OS EXAMES SERÃO REALIZADOS NO ADMISSIONAL E ANUALMENTE |
| 3.4 VIBRAÇÃO | ASO; FICHA CLÍNICA.  ASSINADOS POR MÉDICO DO TRABALHO OU MÉDICO EXAMINADOR INDICADO. | RAIO X DE TÓRAX AP; RAIO X DE PUNHO; RAIOX DA COLUNA VERTEBRAL; AUDIOMETRIA TONAL E VOCAL; ELETROENCEFALOGRAMA(EEG); ACUIDADE VISUAL; HEMOGRAMA COMPLETO; GLICEMIA EM JEJUM; TIPAGEM SANGUINEA (SOMENTE NO ADMISSIONAL). *OBS.: ESSES EXAMES DEVERÃO SER LAUDADOS E ASSINADOS POR ESPECIALISTA.* | TODOS OS EXAMES SERÃO REALIZADOS NO ADMISSIONAL E ANUALMENTE |
| 3.5 AGENTES QUÍMICOS  (SOLVENTES, TINTAS E GASES) | ASO; FICHA CLÍNICA.  ASSINADOS POR MÉDICO DO TRABALHO OU MÉDICO EXAMINADOR INDICADO. | RAIO X DE TÓRAX AP; AUDIOMETRIA TONAL E VOCAL ACUIDADE VISUAL; HEMOGRAMA COMPLETO; GLICEMIA EM JEJUM; TIPAGEM SANGUINEA (SOMENTE NO ADMISSIONAL); URINÁLISE;  GAMA GT; ESPIROMETRIA. *OBS.: ESSES EXAMES DEVERÃO SER LAUDADOS E ASSINADOS POR ESPECIALISTA.* | TODOS OS EXAMES SERÃO REALIZADOS NO ADMISSIONAL E ANUALMENTE |
| 7.0 TRABALHO EM ALTURA (NR 35) ***(INDICAR APTIDÃO NO ASO)*** | ASO; FICHA CLÍNICA.  ASSINADOS POR MÉDICO DO TRABALHO OU MÉDICO EXAMINADOR INDICADO. | RAIO X DE TÓRAX AP; ACUIDADE VISUAL; HEMOGRAMA COMPLETO; GLICEMIA EM JEJUM; TIPAGEM SANGUINEA (SOMENTE NO ADMISSIONAL); ELETROCARDIOGRAMA (ECG); GAMA GT; PARASITOLÓGICO DE FEZES. *OBS.: ESSES EXAMES DEVERÃO SER LAUDADOS E ASSINADOS POR ESPECIALISTA*. | TODOS OS EXAMES SERÃO REALIZADOS NO ADMISSIONAL E ANUALMENTE |
| **OBSERVAÇÕES** | | | |
| OBS.1: O EXAME DE AUDIOMETRIA DEVERÁ SER REALIZADO NO ADMISSIONAL , NO 6º MÊS APÓS ESTE, ANUALMENTE E NO DEMISSIONAL.  OBS.2: TODOS OS EMPREGADOS COM MAIS DE 40 ANOS QUE REALIZAM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OU OPERACIONAIS,  DEVERÃO REALIZAR O EXAME DE ELETROCARDIOGRAMA.  OBS.3: TODOS OS EMPREGADOS ACIMA DE 50 ANOS QUE REALIZAM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OU OPERACIONAIS DEVERÃO REALIZAR TESTE ERGOMÉTRICO. OBS.4: TODOS OS EMPREGADOS HOMENS > 50 ANOS QUE REALIZAM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OU OPERACIONAIS DEVERÃO REALIZAR PSA TOTAL E LIVRE. OBS.5: TODOS OS EXAMES CITADOS ACIMA DEVERÃO SER REALIZADOS NO ADMISSIONAL E ANUALMENTE.  OBS.6: O PRAZO PARA ENTREGA DE TODA A DOCUMENTAÇÃO PARA A COMED SERÁ ANTES DA ASSINATURA DA OS E ANUALMENTE CONFORME NECESSIDADE/OBRIGATORIEDADE. OBS.7: TODA DOCUMENTAÇÃO (PCMSO, FICHA CLÍNICA, ASOS E EXAMES COMPLEMENTARES) SERÃO ENCAMINHADOS À COMED VIA E-MAIL. OBS.8: NO CASO DA DOCUMENTAÇÃO (FICHA CLÍNICA, ASO E EXAMES COMPLEMENTARES), ESTAS SERÃO SEPARADAS POR EMPREGADOS E ENCAMINHADAS À COMED DE MANEIRA INDIVIDUAL. | | | |
| **EXIGÊNCIAS DA DOCUMENTAÇÃO DE SAÚDE** | | | |
| **PCMSO** | 4.1 No PCMSO deverão constar os itens obrigatórios descritos abaixo: 4.1.1 CAPA: • Logomarca; • Nome da empresa • Data da elaboração do PCMSO; • Validade: • Nome do Médico Elaborador e Coordenador do PCMSO, com CRM e telefone; 4.1.2 ÍNIDICE (PAGINADO) 4.1.3 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA: • Razão social; • CNPJ; • Endereço completo (rua ou avenida, número, bairro, cidade, Estado, CEP, telefones e e-mail); • Ramo de Atividade Principal; • CNAE Principal; • CNAE´s Secundários; • Grau de Risco; • Nº de trabalhadores ( homens e mulheres); • Horário de Trabalho; • Contato na Empresa ( nome, telefone, celular e e-mail); • Dados da Contratante (nome, ramo de atividade, endereço) • Dados do Contrato (Objeto do Contrato, Gestor do Contrato, início e término, local da execução da obra nas áreas administradas pela EMAP). 4.1.4 OBJETIVOS DO PCMSO (DESCREVER): 4.1.5 RESPONSABILIDADES • Empregador; • Empregado; • Médico Coordenador. 4.1.6 EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS EXIGIDOS DE ACORDO COM A FUNÇÃO: • Admissional; • Demissional; • Periódico; • Mudança de função e Retorno ao Trabalho. 4.1.7 MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA CAIXA DOS PRIMEIROS SOCORROS 4.1.8 FLUXOGRAMA OPERACIONAL EM CASOS DE URGÊNCIA E MERGÊNCIA 4.1.9 FICHA CLINICA • Modelo; • Responsabilidades; • Manutenção de Arquivos; • Transferência de Arquivos. 4.1.10 MODELO DE ASO USADO  4.1.11 DESCRIÇÃO DE TODOS OS MÉDICOS EXAMINADORES (da empresa ou de clínica credenciada): • Nome; • CRM; • Fone. 4.1.12 MODELO DE QUADRO III DA NR 7 4.1.13 CRONOGRAMA DE AÇÃO DO PCMSO 4.1.14 ASSINATURAS:  • Médico Elaborador do PCMSO; • Médico Coordenador do PCMSO (quadro exigido pela NR 7 ou da empresa contratante); • Responsável Legal da Empresa; • Local e Data. | | |
| **RELATÓRIO ANUAL DO PCMSO** | No Relatório anual do PCMSO deverão constar os itens obrigatórios descritos abaixo: 4.2.1 NÚMERO DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS (EXAME FÍSICO), ASSINALANDO OS ANORMAIS; 4.2.2 NÚMEROS DE EXAMES COMPLEMENTARES (LABORATÓRIO, AUDIOMETRIA ETC), ASSINALANDO OS ANORMAIS; 4.2.3 NÚMEROS DE ATESTADOS MÉDICOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES; • Número de Atestados x Número de Empregados; • Número de Atestados x Dias de Atestado; • Dias de Atestados x Número de Empregados. 4.2.4 AFASTAMENTOS PELO INSS • Gravidez/parto; • Doença Ocupacional; • Doença Não Ocupacional; • Acidente de Trabalho.  4.2.5 CAMPANHAS DE VACINAÇÃO  Vacinação antitetânica será de caráter obrigatório para todos os empregados  4.2.6 EVIDENCIAS DE PALESTRAS EDUCATIVAS  4.2.7 EVIDENCIAS DE CAMPANHAS EM SAÚDE   4.2.8 QUADRO DE EXAMES  NOTA: Todas as ações de saúde deverão ser registradas e guardadas para fins de fiscalização e/ou auditoria interna. | | |

As orientações acima devem ser seguidas conforme normas e Legislações a baixo:

Portaria nº 3.214/78/TEM;

Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui;

Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

Lei nº 9.433/1997;

Lei nº 9.966/2000;

Lei nº 12.305/2010;

CONAMA 237/1997;

CONAMA 379/2006;

CONAMA 382/2006;

CONAMA 450/2014;

CONAMA 436/2011;

RDC 72/09 alterada pela nº10/2012;

NBR 5419/2005;

EMAP – PO 18;

EMAP – PC 34;

EMAP – PC 39;

EMAP – PC 41;

EMAP – PC 42.

# VALOR ESTIMADO E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Conforme a lei 13.303/2019, art. 34, o valor estimado do contrato celebrado por empresa pública será de caráter sigiloso.

Dessa forma, disponibilizam-se os modelos da Planilha Orçamentária Sintética e de sua Composição de Custo Unitária em anexo a este Projeto Básico.

O preço proposto para execução do contrato, objeto desta licitação será fixo, expresso em reais (R$) e se referirão à data de apresentação das propostas, válidos por 60 (sessenta) dias.

Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 02 (duas) casas decimais TRUNCADAS (PADRÃO TCU) para evitar correções futuras nas PROPOSTAS DE PREÇOS.

Há Disponibilidade Financeira e Orçamentária no orçamento da EMAP, exercícios financeiros – 200-2021 – fonte 227 – recursos das empresas estatais – Infraestrutura Portuária – Serviços Espec. de Engenharia, conforme memorando nº75/2019 – GEPRO, fls. 01/02.

# GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

Todo contrato deve ser acompanhado por um gestor de contrato, representante da Administração Pública, sendo:

1. 1 (um) agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração, preferencialmente;
2. Previamente designado e qualificado pela autoridade signatária do contrato, por parte da Administração.

Os serviços serão fiscalizados por representante da Gerência de Implantação das Obras, que ficará responsável pela comprovação da execução dos serviços exigidos neste Termo e em atestar a Nota fiscal, devendo este ser substituído, no caso de seu impedimento, por outro funcionário indicado pela mesma fonte, a seu exclusivo juízo.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor do contrato devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos serviços não poderão ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores, nem tão pouco a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

A FISCALIZAÇÃO deverá registrar avaliação da CONTRATADA nos quesitos **atendimento, qualidade, segurança e meio ambiente,** sempre ao fechamento de cada MEDIÇÃO. Podendo a qualquer momento reavaliar a comprovação de capacidade técnica declarada e a quaisquer quantidades, rever ou suspender a CONTRATADA, caso não atenda ao potencial exigido para este objeto.

A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

# ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os riscos inerentes ao processo, nas fases de contratação do referido Projeto Básico e ao posterior desenvolvimento das atividades contratadas, são:

1. Prejuízos financeiros a EMAP relativos à mão-de-obra empregada para elaboração de todo o processo licitatório;
2. Redução da empregabilidade no estado;
3. Impacto negativo para imagem da EMAP e do Porto do Itaqui;

Desta forma, deverá ser exigida da CONTRATADA a apresentação à CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, com validade para todo o período contratual.

A garantia citada no subitem anterior deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

1. **Caução em dinheiro:**

Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

1. **Fiança bancária.**

Se a opção de garantia for fiança bancária, a CONTRATANTE aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da CONTRATADA, desde que:

1. Emitidas por bancos comerciais, de investimento e/ou múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
2. Os bancos observem as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
3. Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a CONTRATADA de suas responsabilidades;
4. Contendo firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas;
5. Contendo assinaturas de duas testemunhas;
6. Contendo rubrica no anverso e nas demais páginas que não contenham assinaturas;
7. Seja entregue em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer natureza;
8. O banco possua sistema para verificação de autenticidade.
9. **Seguro-garantia:**
10. Via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital.
11. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender aos anexos I e II da CIRCULAR SUSEP nº 232, de 03 de junho de 2003.
12. O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.
13. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
14. Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
15. Objeto a ser contratado, especificado no Edital;
16. Nome e número do CNPJ do SEGURADO;
17. Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
18. Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a CONTRATANTE como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

Sobre o valor da caução prestada em dinheiro incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pro rata temporis atualizada a partir da data de recolhimento à CONTRATANTE, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

A garantia prestada na forma escolhida pelo licitante deverá ser entregue à CONTRATANTE, localizada na Avenida dos Portugueses, s/nº, Porto do Itaqui, CEP:65085-370, São Luís – MA, que emitirá o respectivo recibo de recebimento. Cópia desse recibo deverá ser entregue pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO.

A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela CONTRATADA referentes à:

1. Prejuízos ou danos causados à CONTRATANTE;
2. Prejuízos ou danos causados a terceiros pela CONTRATADA.;
3. Toda e qualquer multa contratual;
4. Débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o Contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vale-transporte, vale-refeição, verbas rescisórias etc;
5. Quaisquer obrigações não cumpridas pela CONTRATADA em relação ao Contrato, previstas no ordenamento jurídico do país;
6. Multas aplicadas por órgãos oficiais.

No caso de rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a CONTRATADA por perdas e danos causados à CONTRATANTE, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

A garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que o licitante contratado tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

Quando se tratar de consórcio, a garantia de Execução do Contrato poderá ser apresentada integralmente por qualquer consorciada, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

# REQUISITOS TÉCNICOS

Capacidade Técnico-Operacional

1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto;
2. Apresentação de atestado(s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, averbado pelo CREA, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente, serviço/obra compatível com o objeto desta licitação, observada a parcela de maior relevância e valor significativo delimitado a seguir:

* Construção de Cobertura em Estrutura Metálica.
* Execução de estrutura de concreto armado.

Não será aceito atestado de serviço inacabado, executado parcialmente ou em andamento, assim como de fiscalização, gerenciamento de obra ou similar. Não será aceito atestado fornecido por subcontratada. Os atestados mencionados anteriormente estarão inseridos na exceção da regra se fundamentados na resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

Qualificação Técnica - Capacitação Técnica

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de apresentação das propostas, profissional (is), reconhecido pelo CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) a:

* Construção de Cobertura em Estrutura Metálica.
* Execução de estrutura de concreto armado.

Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto deste Projeto, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Não será aceito atestado de serviço inacabado, executado parcialmente ou em andamento, assim como de fiscalização, gerenciamento de obra ou similar. Não será aceito atestado fornecido por subcontratada. Os atestados mencionados anteriormente estarão inseridos na exceção da regra se fundamentados na resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

**DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Serão necessários os documentos a seguir:

* Planilha orçamentária, inclusive com previsão de mobilização e desmobilização.
* Cronograma físico-financeiro de desembolso.
* Composição de custos unitários.
* Planilha de encargos.
* Planilha de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

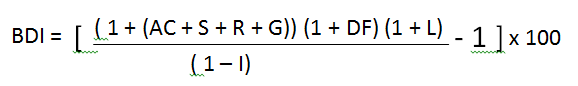
O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha sintética, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada adiante, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

Na composição da taxa de BDI, não deverão ser alocados os percentuais relativos ao IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007-TCU/Plenário.

Os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalísticas que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

A fórmula adotada pela EMAP para cálculo do BDI, de Acórdão 2369/2011-TCU/Plenário, é:



onde:

AC = É a taxa de rateio da Administração Central;

S = É uma taxa representativa de Seguros;

R = Corresponde aos riscos e imprevistos;

G = É a taxa representativa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF = É a taxa representativa das despesas financeiras;

L = Corresponde ao lucro bruto;

I = É a taxa representativa dos impostos (PIS, CONFINS e ISS).

# METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

16.1 A CONTRATADA deverá apresentar no ato de sua contratação a metodologia a ser utilizada para execução dos trabalhos como: plano de trabalho; cronograma físico-financeiro (com auxílio de programa ou planilha que demonstre os avanços e índices de produção), equipamentos e recursos técnicos a serem utilizados, métodos de gestão que assegurem a qualidade dos serviços, organização das equipes técnicas e administrativas e demais informações pertinentes e toda documentação pertinente e obrigatória relativa a Segurança do Trabalho e ao Meio Ambiente.

16.2 A metodologia apresentada pela CONTRATADA deve observar o prazo da obra para a conclusão da obra/serviço.

16.3 Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo indispensável à vistoria dos locais dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

16.4 Para a prestação dos serviços contratados neste escopo, a CONTRATADA deverá atender as Normas ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou Normas Estrangeiras pertinentes.

16.5 Os materiais, máquinas e equipamentos a serem empregados, bem como os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

1. Às normas e especificações constantes deste Projeto;
2. Às normas da ABNT;
3. Às disposições legais da União e do Governo do Estado do Maranhão;
4. Instruções técnicas, catálogos de fabricantes, quando aprovados pela FISCALIZAÇÃO;
5. Às Normas Internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
6. Às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
7. Às Normas de SMS da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP.
8. Normas do Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão;

Normas relativas a esta obra que deverão ser consultadas, não se limitando a estas, são:

* NBR 12260 – Execução de piso com argamassa de alta resistência mecânica
* NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto
* NBR 9062 – Projeto e execução de concreto pré-moldado – Procedimento
* NBR 13753 – Revestimento de piso interno ou externo com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante – Procedimento
* NBR 8995-1 – Iluminação em ambientes de trabalho
* NBR 7196 – Execução de coberturas e fechamentos laterais – Telhas de fibrocimento
* NBR 7200 – Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Procedimento
* NBR 6136 – Blocos vazados de concreto simples para alvenaria estrutural
* NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade
* NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção
* NBR 7212 – Execução de Concreto Dosado em Central – Procedimento
* NR 35 – Trabalho em altura
* NR 26 – Sinalização de segurança
* NBR 13531 – Elaboração de projetos de edificações – Atividade técnicas
* NBR 6122 – Projeto e execução de fundações

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* + A Contratada apresentará um Gestor ou Preposto, para a execução dos serviços objeto do contrato, indicando à FISCALIZAÇÃO os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica. Serão responsabilidades do Gestor ou Preposto:
* Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato;
* Gerenciar os serviços;
* Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade.
* A CONTRATADA é responsável por examinar previamente os projetos e, sempre que forem apresentadas propostas, a mesma garante que está de acordo com o projeto;
* Executar o empreendimento, aplicando processos, materiais, componentes, subcomponentes, equipamentos e ferramentas, respeitando os mesmos projetos e as determinações técnicas;
* Fornecer à Contratante o “Manual de Uso e Manutenção” do empreendimento e de todos os seus componentes, além de prestar as informações necessárias nos casos omissos ou duvidosos;
* Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade;
* A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. Da decisão referida no parágrafo anterior cabe recurso, à CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias;
* É condição para início do contrato a indicação do representante da CONTRATADA, com registro em conselho de Classe local, devidamente em dias;
* Será necessário que o preposto esteja no local da execução dos serviços;
* Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores;
* Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos auxiliares, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo os à aprovação da FISCALIZAÇÃO;
* Entregar à CONTRATANTE o projeto *as built* e/ou projeto executivo - detalhamento construtivo através do protocolo da EMAP em meio físico (impresso) e digital (mídia digital em CD ou pen drive). Para a entrega do *as built* e/ou projeto executivo - detalhamento construtivo deverá ser solicitado uma prancha padrão com o carimbo padronizado junto a CONTRATANTE, assim como as codificações dos projetos;
* O CONTRATADO deverá apresentar as ART´s – Anotações de Responsabilidade Técnica para os seguintes serviços: 1) execução dos serviços objeto deste Projeto (obra), 2- Elaboração de Projeto Executivo, 3-As built;
* A Contratada deverá executar os serviços rigorosamente em conformidade com todas as condições estabelecidas neste Projeto;
* Manter os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto, devidamente identificado mediante a utilização de crachás;
* Fornecer os equipamentos de segurança individuais (EPI’s) e equipamentos de proteção coletiva (EPC’s) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto;
* Responder perante o Contratante e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados;
* As licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, correrão por conta e risco da Contratada;
* A Contratada poderá aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial a que se refere o objeto deste Projeto;
* Realizar os serviços solicitados pela EMAP, com a observância dos prazos por ela determinados;
* Antes de iniciar os trabalhos, expor a metodologia proposta, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída;
* Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo ou vantagens decorrentes de convenção coletiva;
* Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela FISCALIZAÇÃO, bem como pelos atrasos acarretados por esta rejeição;
* Manter os seus técnicos sujeitos às normas procedimentais da EMAP, porém sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE;
* A CONTRATADA deverá procurar a GERÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE - GESMA, para tomar ciência de todas as normas relativas à saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação e cumpri-las fielmente;
* Cumprir cada uma das normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP;
* Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive os maus executados, quando requerido pela FISCALIZAÇÃO ou esteja previsto neste Projeto;
* Comunicar à FISCALIZAÇÃO da EMAP qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
* Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão dos serviços e durante a execução dos trabalhos, as quais constarão exclusivamente dos arquivos e dos relatórios que vierem a ser emitidos;
* Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à EMAP, assim como os resultados dos serviços;
* Atender às solicitações de serviços de acordo com as especificações técnicas;
* Manter informado o técnico responsável da FISCALIZAÇÃO/EMAP, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias;
* As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas;
* O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais;
* A Contratada é responsável por examinar previamente os projetos e, sempre que forem apresentadas propostas, a mesma garante que está de acordo com o projeto;
* Executar o empreendimento, aplicando processos, materiais, componentes, subcomponentes, equipamentos e ferramentas, respeitando os mesmos projetos e as determinações técnicas;
* Fornecer a Contratante o “Manual de Uso e Manutenção” do empreendimento e de todos os seus componentes, além de prestar as informações necessárias nos casos omissos ou duvidosos;
* Respeitar as Normas e Procedimentos de Controle de Acesso às Dependências da EMAP e do Porto do Itaqui;
* Seguir os procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui;
* A CONTRATADA é obrigado a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, nos termos do art. 69, inciso IX, Lei nº 13.303/2016.
* A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 76 da Lei nº13.303/2016.
* A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art.77 da Lei nº13.303/2016.
* A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais, e comerciais não transfere à empresa pública ou à sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regulação e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, nos termos do §1º do art.77 da Lei nº 13.303/2016.

# OBRIGAÇÕES DA EMAP

* O gestor do contrato anotará as ocorrências em registro próprio, que deverá ser juntado ao contrato ao término de sua vigência;
* O gestor do contrato deve comunicar as irregularidades à autoridade designante e ao Controle Interno;
* Encaminhar à Contratada os comentários efetuados para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;
* Efetuar o pagamento devido à empresa prestadora do serviço, se esta cumprir todas as exigências constantes deste Projeto;
* Permitir o acesso dos empregados da Contratada às instalações da área primária;
* Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da empresa Contratada;
* Promover o acompanhamento e FISCALIZAÇÃO dos serviços;
* Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora só podem ser considerados se estiverem motivados e devidamente anotados no registro próprio;
* Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos serviços;
* Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da FISCALIZAÇÃO;
* Verificar se estão sendo colocada à disposição dos serviços a equipe técnica prevista na proposta;
* Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares deste Projeto, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
* Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços;
* Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados;
* Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
* Receber provisoriamente todos os serviços, verificando o atendimento aos comentários efetuados;
* Cumprir as regras e condições expostas deste Projeto e no Edital de Licitação. Permitir a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a Contratada possa executar as suas obrigações.

# CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

* Executado o contrato, o seu objeto deve ser recebido:
* Provisoriamente, pelo gestor do contrato em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.
* Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente e até 90 dias da comunicação escrita do contratado ou do recebimento provisório.
* O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites estabelecidos por Lei ou pelo contrato;
* Salvo disposições em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta do contratado;
* Quaisquer modificações no decorrer do serviço em questão serão processadas através de Termo Aditivo pertinente, devidamente justificado pela FISCALIZAÇÃO e dentro dos previstos na lei;
* O recebimento se faz:
* Nesta primeira etapa, após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da Contratada, a FISCALIZAÇÃO fará a vistoria “in loco”, para registrar anomalias construtivas aparentes. Após a vistoria, através de comunicação oficial da FISCALIZAÇÃO, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Provisório, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes.
* Na segunda etapa, após a conclusão das correções, e complementações e nova solicitação oficial da Contratada, mediante nova vistoria realizada pela FISCALIZAÇÃO, será realizado o Recebimento Provisório.
* O recebimento provisório transfere para a Administração a responsabilidade civil pela guarda do bem e autoriza a ocupação do mesmo o recebimento definitivo visa a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação;
* O Recebimento Definitivo somente será efetuado pelo Contratante após a comprovação pela Contratada de pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre o objeto do contrato e correções de eventuais problemas nas instalações elétricas, hidráulica, sanitária, pluvial e drenagem que não poderem ser detectadas durante a vistoria, para isso o prazo será de 90 dias, a contar da data de recebimento provisório;
* O Terceiro Recebimento se faz mediante o termo circunstanciado;
* Se o recebimento não ocorrer nos prazos estabelecidos, o contratado notificará a Administração para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual se caracterizará o recebimento tácito, reputando-se como realizado satisfatoriamente o objeto do contrato;
* Em caso de cumprir o item anterior cabe à autoridade superior apurar a responsabilidade pela irregularidade, sob pena de ser condenada solidariamente;
* A Administração deve rejeitar, no todo ou em parte, o serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato ou sem os desenhos e memoriais descritivos “como construído” (*as builts)* e demais documentos (acompanhados de Anotação de responsabilidade Técnica) que se fizerem necessários relacionados a execução da obra.

# TÉRIO DE MEDIÇÃO]

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

O Critério de Medição encontra-se em documento anexo IV a este Projeto.

# VISITA TÉCNICA

21.1 O licitante poderá vistoriar o local onde será executada a obra/serviço objeto deste Projeto para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, observando os feriados nacionais, estaduais e municipais.

21.2 A visita técnica resume-se a conhecer o local onde será executada a obra. Dúvidas relativas a projeto devem ser enviadas ao e-mail da [csl@emap.ma.gov.br](mailto:csl@emap.ma.gov.br) para que seja respondida pela equipe técnica e posteriormente divulgada a resposta de modo a garantir a isonomia da disputa.

21.2. Tendo em vista a faculdade da realização da visita técnica, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Projeto.

21.3 A visita técnica será previamente agendada pela licitante. A EMAP coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local de execução dos serviços, o qual deverá ser previamente solicitado pelo e-mail [copro@emap.ma.gov.br](mailto:copro@emap.ma.gov.br) das 09 às 16 horas, contendo o nome completo da empresa, CNPJ, o(s) nome(s) completo(s) do(s) profissional (is) que realizarão a visita técnica e cópia do documento RG e CPF. Dúvidas poderão ser tiradas pelo telefone (98) 3216 6000, ramal 6088.

21.4 A visita técnica tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.

21.5 A visita técnica será acompanhada por representante da EMAP, designado para esse fim, o qual visará à declaração comprobatória da vistoria efetuada.

21.6 Em caso de não realização da visita técnica, o licitante deverá apresentar Declaração em duas vias, em papel que identifique a empresa, comprovando que a licitante possui conhecimento do local da obra para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços. Este documento se constituirá parte integrante e obrigatória para participação deste certame.

# PAGAMENTO

A EMAP, no pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes de contrato, deve obedecer à estrita ordem cronológica das datas da exigibilidade dos créditos.

O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente conforme critérios estipulados neste documento, mediante Boletim de Medição (modelo Contratante) devidamente atestado pela FISCALIZAÇÃO e em forma de crédito em conta bancária indicada pela CONTRATADA.

A nota fiscal só poderá ser emitida após análise e aprovação do Boletim de Medição pela FISCALIZAÇÃO, e autorização da PRESIDÊNCIA da EMAP, sendo seu pagamento efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal acompanhada de toda a documentação necessária, conforme parágrafo 5º deste item.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) sob responsabilidade da licitante Contratada.

O pagamento da medição estará condicionado à verificação do Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, conforme Lei Estadual Nº 6.690 de 11 de julho de 1996 e da apresentação das seguintes certidões:

a) Carta de Solicitação de Pagamento oriunda do fornecedor;

b) Contranto Social e/ou Requerimento de Empresário autenticado em cartório;

c) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual;

g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

i) Balanço Patrimonial.

Para fins de emissão de Carta de Solicitação de Pagamento e Nota Fiscal informa-se que deve ser emitida em nome da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, com o seguinte endereço: Av. dos Portugueses, s/n, Cep: 65085-370, Porto do Itaqui em São Luís - MA.

O pagamento da medição final dos serviços estará condicionado além das observações anteriores, à análise e aprovação, da Fiscalização dos serviços realizados pela Contratada.

Em caso de atraso em relação a alguma etapa do Plano de Execução dos Serviços, à Contratada será aplicada multa conforme previsto em contrato e neste Termo, sendo para tanto considerado o prazo da etapa em questão e o tempo decorrido para a apresentação.

# SUBCONTRATAÇÃO

Não haverá subcontratação para o objeto deste Termo de Referência.

Ressalta-se ainda que, conforme a Lei estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015, é vedada a subcontratação total ou parcial do objeto pela Contratada, bem como da associação da contratada com outrem, ou a cessão ou transferência, total ou parcial das suas responsabilidades, por não se tratar de objeto divisível.

# REAJUSTAMENTO

**I - Reajustamento**

Considerando o prazo de execução dos serviços, 06 (seis) meses, os preços contratuais somente poderão ser reajustados mediante expressa e fundamentada manifestação da CONTRATADA, nos termos e condições estabelecidos no Contrato e no Edital de Licitação que o gerou. Caso superado prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, os reajustes subsequentes com a mesma periodicidade (anual), garantirá a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação econômico-financeira, originalmente estabelecida.

Os reajustes serão realizados com base no Índice Geral de preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou por outro índice que vier a substituí-lo.

O reajuste será aplicado pelo índice setorial pertinente, com base no valor do índice do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses, independentemente da variação para maior ou para menor.

O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

R=((I\_i-I\_o)/I\_o )×V

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I\_i = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I\_o = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

Os reajustamentos seguintes somente serão concedidos obedecida a periodicidade sucessiva de 12 (doze) meses.

Não haverá direito a reajustamento a CONTRATADA que motivar atraso na obra, seja por imperícia ou improdutividade, ainda que atinja o prazo de 12 meses estabelecidos.

# ANEXOS

1. Anexo I – Check list SSMA e Modelo de Formato para entrega da Documentação de Saúde;
2. Anexo II – Caderno de Encargos;
3. Anexo III – Modelos de Planilhas;
4. Orçamentária Sintética
5. Modelo Composição de Custo Unitário
6. Modelo Cronograma Físico- Financeiro
7. Modelo de BDI
8. Anexo IV – Critério de Medição
9. Anexo V – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)
10. Anexo VI – Avaliação de Fornecedor
11. Anexo VII – Plantas